

PAULO MAURICIO RIZZO RIBEIRO

**ÉTICA E VALORES MILITARES:  
DESAFIOS DE PRESERVAÇÃO PARA A INSTITUIÇÃO MILITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso -  
Monografia apresentada ao Departamento de  
Estudos da Escola Superior de Guerra como  
requisito à obtenção do diploma do Curso de  
Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: Coronel EB (R1) Heleno Moreira.

Rio de Janeiro  
2016

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitido a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

---

Paulo Mauricio Rizzo Ribeiro

Biblioteca General Cordeiro de Farias

Rizzo Ribeiro, Paulo Mauricio.

Ética e Valores Militares: Desafios de Preservação para a Instituição Militar – Paulo Mauricio Rizzo Ribeiro - Rio de Janeiro: ESG, 2016.

51 f.: il.

Orientador: Coronel EB (R1) Heleno Moreira.

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2016.

1. Aspectos Fundamentais sobre Ética e Valores. 2. Ética e Valores Militares. 3. Ética e Valores Militares Diante da Contestação. I.Título.

A ética militar trata de que cada soldado seja um bom ser humano, ... pessoas para as quais a verdade e a integridade não são "constructos sociais", mas o verdadeiro fio do tecido de suas vidas.

TONER

## RESUMO

Este trabalho procura demonstrar a importância e o alcance da ética e dos valores militares, tema que aborda questões morais sobre a guerra justa; a lealdade do militar; a competência profissional; dentre outras. Aqui se procura responder quais são os desafios postos ao Exército Brasileiro para garantir a preservação da ética e dos valores militares diante de uma sociedade cada vez mais descompromissada com seus próprios valores e, também, como a instituição pode contribuir com a reforma moral da sociedade contemporânea, preservando seus códigos éticos e seu comportamento moral. Além de conhecer e apontar considerações acerca dos desafios ao Exército Brasileiro para a preservação da ética e dos valores militares, o presente estudo também procura concentrar esforços sobre alguns objetivos intermediários, tais como: conhecer postulados acerca da ética e valores universais; conhecer o pensamento acerca da ética e dos valores militares, particularmente do Exército Brasileiro; identificar a influência e a contaminação do processo de degradação dos valores na sociedade contemporânea; identificar os desafios que se apresentam ao Exército Brasileiro para garantir a preservação da ética e dos valores militares; e identificar como a instituição, ao preservar seus códigos éticos, pode contribuir com a reforma moral da sociedade. O trabalho considera postulados filosóficos inerentes ao tema, procurando, entretanto, realizar uma abordagem eminentemente atual. Assim, não se esquia de abordar os postulados éticos e os valores universais em todos seus aspectos, inclusive os fundamentos históricos, mas se dedica particularmente ao momento contemporâneo. A discussão ocorre a partir da apreciação sobre postulados filosóficos, do que vem a ser a ética e os valores universais do homem. Para tanto, são consideradas abordagens de filósofos como Kant, Nietzsche, Montaigne e São Tomás de Aquino. Em relação ao campo militar, particularmente no que se refere ao Exército Brasileiro, o trabalho aborda o 'Vade Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares', que reforça o capital de "ideias" referentes ao tema, e que constitui subsídio de educação moral ao público militar.

Palavras chave: Ética e Valores Militares. Deveres Militares. Degradação dos Valores Éticos.

## ABSTRACT

This study seeks to demonstrate the importance and scope of ethics and values militaries, a subject that deals with moral issues on just war; military loyalty; professional competence; among others. Here it seeks to answer what are the challenges posed to the Brazilian Army to ensure the preservation of ethics and values militaries on a society increasingly uncompromising with their own values; and also how the institution can contribute to the moral reform of contemporary society, while preserving its ethical codes and their moral behavior. In addition to knowing and point considerations about the challenges the Brazilian Army for the preservation of ethics and values militaries, this study also seeks to concentrate on some intermediate goals, such as: to know postulates about ethics and universal values; to know the thoughts about the ethics and values of the military, particularly the Brazilian Army; to identify the influence and contamination of the process of degradation of values in contemporary society; to identify the challenges faced by the Brazilian Army to ensure the preservation of ethics and values militaries; and to identify how the institution can contribute to the moral reform of society, while preserving their ethical codes. The study considers philosophical principles inherent in the subject, looking, however, make an eminently current approach. So, does not shirk from address the ethical principles and universal values in all its aspects, including the historical foundations, but is dedicated particularly to the contemporary moment. The discussion occurs from the consideration of philosophical postulates, what comes to ethics and universal human values. Therefore, philosophers' approaches are studied as Kant, Nietzsche, Montaigne and St. Thomas Aquino. Regarding the military field, particularly with regard to the Brazilian Army, the work addresses the '*Vade Mecum* of Military Ceremonial of the Army - Values, Duties and Military Ethics', which reinforces the capital of "ideas" related to the subject, and that provides moral education grant to the military public.

Keywords: Ethics and Military Values. Military Duties. Degradation of Ethical Values.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>05</b>
<b>2</b>	<b>ASPECTOS FUNDAMENTAIS SOBRE ÉTICA E VALORES</b> .....	<b>09</b>
2.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	09
2.1.1	<b>Conceitos básicos</b> .....	09
2.1.2	<b>Fundamento da moral kantiana</b> .....	10
2.1.3	<b>Filosofia moral de Montaigne</b> .....	11
2.1.4	<b>Moral dos costumes de Nietzsche</b> .....	13
2.1.5	<b>Pensamento moral de São Tomás de Aquino</b> .....	15
2.2	NORMAS E VALORES.....	19
2.2.1	<b>Conceitos básicos</b> .....	19
2.2.2	<b>Hierarquia de valores</b> .....	21
2.2.3	<b>Ética e valores no Brasil</b> .....	23
<b>3</b>	<b>ÉTICA E VALORES MILITARES</b> .....	<b>24</b>
3.1	<b>Considerações acerca da ética e dos valores militares</b> .....	24
3.2	<b>Compreensão sobre a ética militar</b> .....	24
3.3	<b>Ética militar e a guerra</b> .....	29
3.4	<b>Integridade moral do militar</b> .....	32
<b>4</b>	<b>ÉTICA E VALORES MILITARES DIANTE DA CONTESTAÇÃO</b> .....	<b>34</b>
4.1	ÉTICA E VALORES DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	34
4.1.1	<b>Valores Militares</b> .....	35
4.1.2	<b>Deveres Militares</b> .....	36
4.1.3	<b>Ética Militar</b> .....	37
4.2	DEGRADAÇÃO DOS VALORES NA SOCIEDADE.....	37
4.3	DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DOS VALORES MILITARES.....	41
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os indivíduos são comumente julgados na maneira de proceder segundo um quadro de princípios; preceitos e regras de comportamento; implícitos em normas ou tradições; e usos e costumes correntes. Esse quadro ao qual as pessoas invariavelmente devem se submeter chama-se ética.

Sob a ótica da difusão espacial, o fato social do homem se apresenta absolutamente singular. E esta amplitude significativa se explica pela estrutura em profundidade que evolui de esboços iniciais, com relativa simplicidade, até às formas mais complexas dos dias atuais.

É nesta perspectiva que se tem a inserção da dimensão ética na estrutura do grupo humano, mostrando na ética a expressão mais profunda da sociedade humana.

O comportamento humano e das sociedades está delimitado pela ética autônoma, que constitui um produto da consciência e do livre arbítrio. Mas existe também a ética formal, aquela contida nas normas vigentes e que disciplina as relações entre o Estado e os indivíduos.

No campo militar, como bem trouxe o '*Vade Mécum* de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares' (Portaria nº 156/Cmt Ex, de 23 Abr 02):

A profissão militar caracteriza-se por exigir do indivíduo inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida em benefício da Pátria.  
Esta peculiaridade dos militares os conduz a valorizar certos princípios que lhes são imprescindíveis. Valores, Deveres e Ética Militares são conceitos indissociáveis, convergentes e que se complementam para a obtenção de objetivos individuais e institucionais.

A ética militar é disciplina trabalhada em diversas escolas militares pelo mundo, o que ilustra a importância e o alcance atribuído a um tema que aborda questões morais sobre a guerra justa; o combate, a lealdade e a competência profissional; dentre tantas outras questões.

Este trabalho procura responder quais seriam os desafios postos ao Exército Brasileiro para garantir a preservação da ética e dos valores militares diante de uma sociedade cada vez mais descompromissada com seus próprios valores e, ainda, como o Exército Brasileiro pode contribuir com a reforma moral da sociedade

brasileira contemporânea, ao preservar seus códigos éticos e comportamento moral, elementos adequados à consecução de sua finalidade como instituição.

Em tese, o presente estudo tem por objetivo geral conhecer e apresentar considerações acerca dos desafios que se apresentam ao Exército Brasileiro para garantir a preservação da ética e dos valores militares, diante de uma sociedade cada vez mais descompromissada com seus próprios valores. Para alcançar este objetivo geral, o trabalho também procura concentrar esforços sobre os seguintes objetivos intermediários:

- a. conhecer os postulados acerca da ética e valores universais;
- b. conhecer o pensamento militar acerca da ética e dos valores militares, particularmente o pensamento do Exército Brasileiro;
- c. identificar a influência e a contaminação do processo de degradação dos valores na sociedade contemporânea;
- d. identificar os desafios que se apresentam ao Exército Brasileiro para garantir a preservação da ética e dos valores militares; e
- e. identificar como o Exército Brasileiro, ao manter seus códigos éticos e comportamento moral, pode contribuir com a reforma moral da sociedade brasileira contemporânea.

Como delimitação do estudo, o trabalho, embora faça apreciações acerca da ética e dos valores universais, considerando inclusive os postulados filosóficos inerentes ao tema, procura realizar uma abordagem eminentemente atual. Assim, por evidente, não pode se esquivar de abordar os postulados éticos e os valores universais em todos seus aspectos, inclusive os fundamentos históricos, mas tende a dedicar a principal abordagem ao momento contemporâneo.

No que concerne ao espaço institucional, este trabalho está vocacionado a uma apreciação com maior ênfase sobre a ética e os valores militares e ainda, particularmente, aqueles considerados pelo Exército Brasileiro como intrínsecos às virtudes militares, relacionados no documento 'Vade Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares' (Portaria nº 156/Cmt Ex, de 23 Abr 02).

O estudo a ser realizado justifica-se em razão da relevância da ética militar para o Exército Brasileiro, para a instituição Forças Armadas e para o Brasil. A relevância está em que militares podem ser soldados profissionais competentes, mas também homens e mulheres de comportamento moral digno.



Por isso, observará particularmente o que ensina professores da disciplina de ética nas escolas e cursos dedicados ao tema, como o Dr. James Toner (2003), que realizou uma abordagem pragmática, segundo a qual a ética militar trata de "nós mesmos" e de "nosso conhecimento do que é verdadeiro" e de "fazermos o que é correto".

Hoje, parece claro que a sociedade brasileira vive um momento de degradação da ética e dos valores fundamentais em todas as áreas. O extremo da perda de referenciais é evidente e, não apenas modificam, mas também, em muitos casos, corrompem a sociedade. Como apresentado pelo Comandante do Exército em palestra proferida ao Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia de 2016, nos dias atuais, é desafio para o Exército Brasileiro garantir a preservação dos valores militares da Instituição. Esta tarefa de conservação da identidade da ética e da moral militar, evitando que esta "contaminação" alcance as Forças Armadas, passa a constituir um esforço institucional legítimo e imprescindível.

A discussão ocorre a partir de uma apreciação sobre postulados filosóficos, do que vem a ser a ética e os valores universais do homem. Para tanto, são consideradas abordagens de filósofos clássicos, como Platão, Aristóteles, Kant, Nietzsche, Montaigne e São Tomás de Aquino.

A discussão teórica abordará a ética, a conduta humana, a natureza racional do homem, e as virtudes que, como afirmou Platão, constituem funções da própria alma humana. Também será abordada a ética dos estoicos, de Aristóteles, com a sua fundamentação teórica, segundo a qual o homem deveria viver consoante à razão, de onde são deduzidas normas de conduta da natureza e da realidade.

Sobre a ética com uma abordagem filosófico religiosa, serão observadas ideias do teólogo medieval São Tomás de Aquino, o qual trabalhou conceitos relacionados à natureza humana; e os fins para os quais suas condutas deveriam orientar-se a partir das deduções dessa natureza. Para o filósofo, Deus seria o último fim do homem, e de onde seria possível se inferir a doutrina da felicidade e da virtude. Para ele o arbítrio divino constituiria o reconhecimento da impossibilidade de se inferir da natureza do homem o fim último de sua conduta, conforme ensina Abbagnano (2007).

O uso trivial do termo valor, isto é, aquele para indicar preço de bens materiais, por certo não é objeto deste trabalho, o qual procura dedicar-se ao uso filosófico do termo, adotado a partir dos estoicos, que o introduziu no domínio da

ética. Os valores abordados neste estudo são aqueles que, segundo Abbagnano (2007), ficaram conhecidos como objetos de escolha moral; qualquer contribuição para uma vida segundo a razão; ou ainda o que estivesse em conformidade com a natureza ou digno de escolha.

O trabalho procura dedicar especial atenção para a ética e valores militares, já que tem por objeto destacar a relevância da ética militar para o Exército Brasileiro, para a instituição Forças Armadas e para o Brasil.

Além de estudar os artigos do Dr. James Toner (2003), o trabalho também explora a abordagem do Dr. J. Carl Ficarrotta (2007), o qual relatou, em 'Lições Aprendidas de Manuel Davenport', os conceitos filosóficos sobre a ética e os valores militares. Isto é, reforçou o pensamento do professor Davenport, o qual tinha pontos de vista bastante fortes quanto ao tipo de pessoas de que necessitávamos nas Forças Armadas.

Ainda em relação ao campo militar, particularmente no que se refere ao Exército Brasileiro, o trabalho aborda o '*Vade Mécum* de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares', que reforça o capital de "ideias" referentes ao tema e o qual constitui o principal documento utilizado pela Instituição como subsídio de educação moral ao seu público militar.

## **2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS SOBRE ÉTICA E VALORES**

### **2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

#### **2.1.1 Conceitos básicos**

O ser humano, desde sua origem, considera a existência de valores morais e valores materiais distintos, bem como, desde então, se sujeita a normas morais diferentes das normas físicas.

Sobre a moral, pode-se dizer que é uma ciência prática, uma ciência do agir, tendo por escopo o bem comum. A moral tem por objeto as ações de bondade e perfeição humana, e também a livre utilização das faculdades pelo homem. A ética, por sua vez, compreende o plano do ideal, a ciência das leis ideais do ser humano aplicadas ao bem.

Conforme explicou Ávila (1967), a moral é uma ciência normativa e por este aspecto se distingue da ética, ciência especulativa, que tem por objetivo o estudo filosófico da ação e da conduta humana, procurando a justificação racional dos juízos de valor sobre a realidade.

A moral compreende um conjunto sistemático de regras que orientam o homem para a realização de suas ações voltadas para o bem. Conforme ensinou Aleixo (1979), a liberdade é postulado de existência da moral, isto é, para se tratar de ações meritórias ou demeritórias do homem, necessário se faz que haja a faculdade da ação humana. Ainda assim, cabe dizer que o homem não está completamente desamparado em uma atmosfera absolutamente espontânea, sujeito ao eventual. Em verdade, o homem carrega a obrigação de praticar o bem, não em razão de imposição física, mas eminentemente por uma atribuição moral.

Para facilitar a compreensão, cabe apreciar o ensinamento com enfoque religioso do padre Aleixo (1979), isto é, o homem, por dever, é chamado a um fim, e este dever humano retira de Deus sua força imperativa, que por certo seria capaz de guiar a própria liberdade humana, sendo a justiça divina incorruptível, aquela capaz de proporcionar eficácia definitiva ao imperativo moral. Neste caso, o pontífice demonstrou a supremacia divina sobre o dever humano de decidir em favor da prática do bem.

Este trabalho também remete a uma pequena apreciação sobre a norma. Isto é, a norma consiste em critério da ação do homem, condizente com a correção. Em outras palavras, condizente com o que é moralmente bom. Outra consideração consiste no distanciamento da norma. Assim, pode-se chamar norma imediata àquela que traduz a própria consciência humana, com juízos de valor práticos da ação do homem. A norma remota é aquela que advém de Deus, conduzindo o homem para um fim a ser livremente realizado.

Ética e moral são termos derivados, respectivamente, de palavras de origem grega e latina que designam costumes. Embora vários autores procurem utilizar os termos de forma distinta, como visto nos parágrafos anteriores, muitos outros preferem utilizá-las como sinônimo, exatamente como será observado ao longo deste trabalho.

### **2.1.2 Fundamento da moral kantiana**

Immanuel Kant, além de físico e matemático, é considerado um dos maiores filósofos da era moderna, sendo o responsável pelo desenvolvimento filosofia moral, no século XVIII. Segundo o autor, a única fonte de todo valor moral é a razão, a qual exerce no homem um real poder e, tendo por objetivo alcançar a exata origem de todos os conceitos morais, exige-se um apurado estudo de fundamentação.

Para Kant, a filosofia apresenta uma construção de conceitos que garantem que a moral, por estar fundamentada na razão, teoricamente, não precisa da intuição. Não se pretende alcançar a essência da moralidade a partir da consciência comum, mas de deduzir a partir da razão prática os que para Kant são os principais conceitos morais: liberdade, dever e bem soberano.

Esta metodologia kantiana crítica garante à moralidade uma autonomia de concepção a qual assegura completa independência do parâmetro intuitivista, isto é, a moralidade não se funde à intuição.

Para Kant, sendo o dever um dos principais conceitos morais, é ele a única origem possível de toda ação moral. Assim, o indivíduo virtuoso escolhe agir eminentemente pelo respeito que tem ao dever. Este dever tem que ser gerado de maneira moral, como uma fonte de obrigação, e não concebido de modo pragmático a partir do resultado de uma avaliação. A consciência humana identifica o seu dever

universal de uma obrigação objetiva, e não dever inspirado por uma impressão sensível.

O dever, segundo o entendimento moral de Kant, decorre de uma pressão que se apresenta independentemente de qualquer primazia de tendência, ou solicitação. Assim, se reconhece que o dever moral não pode ser orientado por atração ou por objetivo arbitrário, mas somente por uma lei moral. Assim, é exatamente esta lei a que comanda o dever moral.

### **2.1.3 Filosofia moral de Montaigne**

Michel Montaigne foi um filósofo do século XVI e que se notabilizou pela profundidade de seus trabalhos relacionados à ética e pela influência que exerceu sobre a cultura. Foi Montaigne quem desenvolveu uma ética universal que se contrapôs às concepções tradicionais e que se mostrou conveniente à natureza humana. A ele se atribui o enorme prestígio do ideal da sinceridade. Montaigne fez com que o ceticismo fosse entendido mais do que como uma atitude epistemológica, mas como um modo de vida para o homem.

Para Montaigne a moral seria dividida em duas partes. A primeira é conhecida por moral social, e trata das relações entre os indivíduos e as instituições e costumes da sociedade. A segunda é conhecida por moral pessoal, e trata das relações do indivíduo consigo mesmo. O autor estabelece que, simultaneamente, o homem tem liberdade para pensar como melhor entender, mas exige que este mesmo homem seja adepto dos costumes estabelecidos.

Para que possam viver comodamente juntos, os homens demandam por instituições estáveis e, considerando que o espírito humano é um instrumento perigoso e temerário, com dificuldade de nele se agregar a ordem e a medida, necessárias se mostram as barreiras constrangedoras. Segundo Montaigne, é imprescindível a submissão aos costumes e às leis existentes, e não por serem socialmente justas, mas simplesmente por já existirem. A questão já é aceita, particularmente tratando-se de religião, já que o autor, assim como vários outros, enxerga não como uma matéria de consciência individual, mas como sendo um fundamento moral da sociedade.

Exatamente por considerar a religião, particularmente a igreja católica, um lastro moral da sociedade, que o autor criticou a procura de inovações religiosas do protestantismo, a quem atribuiu a responsabilidade pelas guerras civis da França de sua época. Neste contexto, também criticou os católicos que escolheram reduzir a sua fé ao que poderia ser considerado razoável. Interessante constatar o quanto Montaigne manteve uma postura conformista, procurando resguardar valores tradicionais da sociedade de seu tempo, mas, como citado, distante de ser contrário ao espírito inovador, apenas o fazendo de modo peculiar.

Montaigne preconiza o conformismo somente no que se relaciona com nossa pessoa pública, isto é, com nosso comportamento. Fica-se livre para pensar como se quer. 'A sociedade pública não tem o que fazer com nosso pensamento, mas o restante, como nossas ações, nosso trabalho, nossas fortunas e nossa própria vida, é necessário emprestá-lo e abandoná-lo a seu serviço e às opiniões comuns'. Então, Montaigne não se opõe à liberdade de pensar no que seria uma sociedade justa. (LARMORE apud CANTO-SPERBER, 2003, p.191).

Seria de fato pouco razoável admitir-se seguir o costume por ele ser costume e não por ele ser justo. Por isso dizer que o filósofo consente o conformismo, mas de modo limitado à pessoa pública, isto é, ao comportamento social. Para os demais aspectos da vida do homem, o autor indica a discussão entre obediência exterior e liberdade interior.

O pensamento de Montaigne, sobre a moral social, aborda um certo relativismo que se explica pelo reflexo da cultura particular à qual se pertence. Isto é, o relativismo ocorre na medida em que se atribui veracidade moral ao costume social vigente. Por isso Larmore (2003) relatou que as leis da consciência, que dizem nascer da natureza, na verdade nascem dos costumes.

A outra vertente moral a qual Montaigne trata é a moral pessoal. Aqui o filósofo refere-se à ética da sinceridade, tendo sido ele um dos principais pioneiros desse pensamento moral de grande influência dos tempos modernos. A sinceridade tratada por Montaigne refere-se ao *ser verdadeiro*, ao *ser ingênuo* sobre o qual se constrói e que, como a existência de qualquer objeto, possui sua existência completamente independente dos esforços para descrevê-lo. Montaigne entende que

pela ética da sinceridade o homem descreve-se como ele realmente é, e não como ele pode querer ser.

Mais tarde, ainda em seus trabalhos, o filósofo rompe com aquelas suas retóricas acerca da ética da sinceridade. Ele conclui que a descrição do *eu* nada mais é do que um certo arranjo deste *eu*. Ao que parece, o *eu* que se pretende descrever sempre estaria sofrendo influência dessa descrição que dele se pretende fazer. Isto é, a descrição do ser humano, se assim se quer, é sempre a criação que se deseja de si, e aí estaria a inconveniência.

A descrição de si, se assim se quer, também é sempre criação de si. O ideal da sinceridade, pelo menos se ele é concebido como a rigorosa distinção entre o que se é e o que se quer ser, é na verdade muito grosseiro para governar nossa relação conosco. (LARMORE apud CANTO-SPERBER, 2003, p.194).

No trabalho de Montaigne parece ficar evidente a tentativa de se atribuir à ética da sinceridade uma importância que mais tarde demonstrou certa fragilidade filosófica, isto é, se deveria atribuir menor importância à sinceridade e maior importância à responsabilidade, a qual teria assim o poder de caracterizar a própria relação interna do ser humano.

#### **2.1.4 Moral dos costumes de Nietzsche**

Filósofo prussiano da segunda metade do Séc. XIX, Friedrich Nietzsche se notabilizou pela ruptura com qualquer interpretação histórico teológica, sendo considerado o que tem o pensamento mais radical da história da filosofia ocidental contemporânea. Nietzsche colocou as construções dos alemães Kant, Hegel e Leibniz sob uma interpretação radicalmente ateológicas.

Uma das principais construções filosóficas de Nietzsche é a "moralidade dos costumes", a qual vincula a moral ao respeito a uma lei e a uma tradição já fundadas pelo próprio tempo, conforme ensinou Raynaud (2003).

Fundamentado na autonomia da vontade do homem, Kant divulgou que a mediação entre a lei e a liberdade seria atribuída à razão prática. Assim, o mandamento da razão obrigaria o homem ao domínio dos impulsos patológicos, lhe

garantindo a compreensão da liberdade. Com isso, a moralidade não se sujeitaria de modo pacífico à obediência e à tradição, mas Kant entendeu que, ao contrário, a questão exigiria o esforço humano para deixar o senso comum.

Nietzsche enxergou de modo diferente, isto é, a moralidade estaria vinculada à submissão e à passividade. Neste caso, a razão teria poder emancipador apenas na utilização teórica, com a liberdade do homem dependente das forças ativas e criadoras irredutíveis ao poder da razão. Para o filósofo, a moralidade seria completamente dependente da tradição, nunca podendo opor-se a ela.

Assim a moralidade dos costumes implica, obrigatoriamente, no respeito aos costumes, independentemente de quais sejam eles. Ser moral significa estar vinculado à tradição e, de modo natural, seguir a regra estabelecida por esta tradição do grupo, em submissão à autoridade dos laços da comunidade.

A moralidade não é outra coisa (e logo, antes de tudo, não é mais que) senão a obediência aos costumes, qualquer que seja o gênero destes; ora, os costumes são a maneira tradicional de agir e de avaliar. O progresso da liberdade... só pode então gerar uma baixa da moralidade, já que ele enfraquece a tradição: aí onde a tradição não manda, não existe moralidade, e quanto menos a existência é determinada pela tradição, menor é o círculo da moralidade. O homem livre é imoral, pois em todas as coisas ele quer depender dele mesmo, e não de um costume estabelecido, de uma tradição. (RAYNAUD apud CANTO-SPERBER, 2003, p.242).

Evidentemente, o caráter absolutista que reveste o costume faz com que este freie novas experiências, estabelecendo um verdadeiro obstáculo à novas construções morais, assim observado pelo próprio Nietzsche. Mas o filósofo esclareceu que a tradição é autoridade superior a qual se deve obedecer porque ela ordena, e não porque ela ordena o que seria útil. Isto é, para Nietzsche o poder de mando é princípio da moralidade. Como consequência dessa submissão, o homem deve sacrificar a sua individualidade e, de modo resultante, o costume é fortalecido a cada sacrifício.

Mas Nietzsche deixou claro que mesmo que o progresso fosse fatal à moralidade dos costumes, a razão não teria o poder de romper com a tradição, já que esta tradição seria a responsável pela limitação antecipada da possibilidade de questionamento ou discussão de seus preceitos. Surpreendentemente Nietzsche atribuiu à "loucura" a característica de ser a única capaz de inovar.



Os homens só podem se liberar da formidável opressão da moralidade dos costumes porque por quase todo lado é a loucura que abre o caminho de uma nova ideia, que infringe um costume, uma superstição venerada. ... Trata-se para ele de evidenciar que as normas morais aparentemente mais simples, ou as liberdades mais elementares, necessitaram um esforço considerável que não podia funcionar sem fanatismo ou sem ilusão. (RAYNAUD apud CANTO-SPERBER, 2003, p.243).

Cabe ressaltar a importância que Nietzsche proporciona ao papel da loucura na irrupção de uma moralidade divergente da moralidade vigente: de acordo com o filósofo, toda instauração de uma moralidade só é possível quando há o "tempero da loucura". Esse ingrediente imprescindível na implantação de uma moralidade inédita tem de ser a loucura porque ela carrega consigo imprevisibilidade, desconfiança, involuntariedade, etc.

Para ir além das leis tão enfaticamente enraizadas na comunidade, era necessário ser portador de uma loucura divina, grandiosa e empreendedora a ponto de romper a força da tradição e estabelecer outra moralidade. Enquanto o indivíduo que é detentor da sanidade é complacente com as leis, o detentor da loucura viveria uma vida que destoa das convenções com as quais teve que lidar durante tempo considerável. (SAAVEDRA, 2013, p.53).

Assim, para Nietzsche a "loucura" seria a única forma capaz de viabilizar ideias novas e garantir aos seus portadores e admiradores a consagração dessas ideias de modo superior as que, até então, atenderiam a tradição e os costumes.

O trabalho de Nietzsche se submeteu a algumas críticas. Uma que pode ser tratada como relevante se traduz na própria contestação do fundamento da moralidade dos costumes, isto é, sendo a moralidade dos costumes apenas a resultante do ato de preservação da ordem social, inferindo-se a inexistência de valor em si, como seria processado um ato que se projeta fora do alcance do julgamento dos costumes?

Outra questão relevante refere-se ao fato de que, diante da inexistência de liberdade pregada pelo filósofo, considerando em todos os atos a inocência pela impossibilidade de se promover o contrário, a filosofia crítica de Nietzsche pareceria não ter sentido.

Muitas questões permanecerão em aberto, mas algumas respostas poderão ser encontradas no que, mais tarde, Nietzsche chamou de "Espíritos Livres". Para o filósofo, "Espíritos Livres" eram as componentes imaginárias e da razão que teriam por escopo o abrandamento do ônus opressivo da tradição. Assim, como a moralidade dos costumes esteve em gravame de submissão, o instrumento que se

pronunciou contra esta constituiria a ferramenta de liberação das amarras da tradição.

É chamado de espírito livre aquele que pensa de modo diverso do que se esperaria com base em sua procedência, seu meio, sua posição e função, ou com base nas opiniões que predominam em seu tempo. Ele é a exceção, os espíritos cativos são a regra [...] De resto, não é próprio da essência do espírito livre ter opiniões mais corretas, mas sim ter se liberado da tradição, com felicidade ou com um fracasso. Normalmente, porém, ele terá ao seu lado a verdade, ou pelo menos o espírito de busca da verdade: ele exige razões; os outros, fé. (NIETZSCHE apud WEBER, 2011, p.71).

O "Espírito Livre" aparece como o instrumento de liberação da moralidade dos costumes, mas não pode ser ele classificado como uma figura polarizadora de transgressão do modelo das crenças. Diante da ignorância arbitrária dos costumes, Nietzsche criou a consciência do "Espírito Livre".

Assim, o "Espírito Livre" surgiu para abrandar a moralidade dos costumes e, para tanto, se justificou pelo desejo da busca da verdade, que para o filósofo se mostrou mais vital e preferível do que os próprios argumentos do costume. O "Espírito Livre" foi o evento crítico à moralidade dos costumes, mas indispensável na obra de Nietzsche.

### **2.1.5 Pensamento moral de São Tomás de Aquino (1225 - 1274)**

Ainda que a existência de uma filosofia moral na obra de Tomás de Aquino seja ponto controverso, o teólogo é considerado um expoente da escolástica medieval e fundador da escola tomística de filosofia. Tomás de Aquino, utilizando-se dos fundamentos filosóficos de Aristóteles, buscou compreender a revelação religiosa do cristianismo, já que sempre demonstrou preocupação com a elaboração dogmática da fé cristã.

Tomás de Aquino mostrou-se importante também por ressaltar em suas obras, mesmo nos mais curtos e ocasionais escritos, a preocupação com a questão moral. Em sua obra "De Malo", o filósofo realizou a reflexão sobre a natureza do mal; do mal moral como pecado capital; e da liberdade. Sua vocação moralista acabou por conduzi-lo ao cargo de formador de jovens dominicanos para o ministério

pastoral; e isso o levou, cada vez mais, aos estudos de trabalhos dos autores de manuais sobre moral, como Gregório, Agostinho e, especialmente, Aristóteles.

Segundo Torrel (2003), a "cristologia" ou "sacramentologia" conferiram à moral de Tomás de Aquino uma característica própria que a distinguiu da moral racional encontrada na obra de Aristóteles ou de outras fontes antigas. Para Aquino, Cristo é o único mediador entre Deus e os homens; e os sacramentos são os meios deixados aos fiéis em seu "agir humano", diante do livre-arbítrio de que são detentores.

Para Tomás de Aquino, é relevante a vontade da "beatitude" do homem, isto é, a vontade do bem-estar e da felicidade, a qual acionará a inteligência para se alcançar o fim que, quando atingido, será usufruído. Neste caso, será a inteligência a única faculdade de atingimento espiritual do fim. Assim, o constitutivo formal da "beatitude" é um ato da faculdade intuitiva humana.

Cabe destacar que a tese do filósofo não prevê que o fim estivesse subordinado ao sujeito dominado por um eudemonismo egoísta, isto é, dominado pelo desejo egoísta de felicidade como finalidade natural da razão humana. Para Tomás de Aquino, neste ponto o "amor de cobiça" cede espaço ao "amor de amizade", no qual o homem ama o bem muito mais do que a si próprio. E essa amizade compreende o desinteresse pessoal, indispensável em uma atitude moral e próprio fundamento da obrigação.

O filósofo, ao definir a caridade como uma espécie de amizade, demonstrou que a "beatitude" se cumpre com a harmonia da felicidade divina. Assim, segundo esse entendimento, a caridade torna-se a grande impulsionadora da moral tomista. Com isso, o autor retomou as grandes intuições da moral aristotélica do homem "animal político" e da amizade como indispensável para a sobrevivência humana.

Ao abordar a questão da moralidade, Tomás de Aquino considerou três principais elementos: o objeto; as circunstâncias; e o fim.

Somente o ato humano é formalmente objeto de moralidade e ele só é moralmente bom na medida em que é conforme a regra da razão, visto que, no fim, é a ela que cabe ordenar judiciosamente. É, portanto, sua relação com a regra da moralidade que fará de um objeto qualquer o objeto de um ato bom ou mau, e isso não tem nenhuma relação com sua integridade física. Eu posso praticar um ato perfeitamente bem sucedido na aparência

e, todavia, cometer uma má ação. As circunstâncias também só são objetos de moralidade na medida em que ajudam, impedem, exprimem etc. a realização de um ato moralmente bom. (TORREL, 2003, p.709).

Para o filósofo, o mundo dos objetos morais surgem ao redor do homem, implicando em que a regra da razão constitua a medida da moralidade. Contudo, isso não significa necessariamente um relativismo moral ou um subjetivismo onde cada sujeito constrói a sua própria verdade. A razão é aferida pela relação que tem com o objeto e, particularmente, pela relação que tem com a "lei eterna". Em última análise, a "lei eterna" é que define a moralidade. Para melhor compreensão, basta lembrar que a ordenação de tudo segundo o seu fim determina a ordem no universo. Cada coisa e cada indivíduo, segundo sua natureza, tem seu lugar no universo.

Sendo isso a "lei eterna", é fácil compreender que o bem é tudo o que responde a essa ordenação e a ela se conforma, ao passo que o mal é tudo o que dela se afasta. É ainda isso que permite compreender a natureza própria da obrigação moral: longe de resultar da intervenção de uma lei que se impõe à liberdade do exterior, a obrigação moral propriamente dita é anterior e superior a todas as formulações que a concretizam. Mesmo que a lei positiva (divina ou humana) exprima a obrigação e que ela desempenhe dessa forma um papel educador que não se pode ignorar, a obrigação nasce inicialmente dessa relação fundamental com o bem. (TORREL, 2003, p.709).

A moral chamada tomasiana compreende a ação virtuosa e espontânea, tendo como fim natural o desenvolvimento humano.

Tomás de Aquino conferiu especial atenção ao estudo do agir humano, distinguindo dois princípios exteriores. Tratou de Satanás como um deles, que através da tentação compele o homem para a realização do mal. Outro, o próprio Deus, como ser transcendente, constitui a origem de energias que aperfeiçoam o homem e lhe garantem a faculdade de agir em nova escala, quando se percebe a dimensão social da moral pregada pelo autor.

Torrel (2003, p.709), sobre esse engajamento do homem em uma comunidade, e fundamentado nas palavras de Tomás de Aquino, de que "Deus põe o homem à mercê de seu próprio juízo", ensina que o homem, seguindo as prescrições da lei natural, as quais encontrarão expressão em diversas leis positivas, é chamado a ser sua própria providência. Isso não diz respeito à pessoa apenas em sua individualidade, mas particularmente em sua qualidade de membro engajado na

comunidade. É o reconhecimento de que o agir do homem, animal político, tem repercussões inevitáveis em seu grupo social.

Tomás de Aquino reconhece na lei o instrumento de serviço à boa vida em sociedade, o que ele designou de bem comum. A norma cria as condições de facilidades e aproximação dos membros, de modo que a realização pessoal própria é alcançada pelo respeito recíproco dos membros e que a real solidariedade viabilize a busca do ideal comum.

Sinteticamente pode-se afirmar que, para o filósofo, com abordagem segundo a doutrina católica, a moralidade do agir resume-se na conformidade à regra da razão, que por sua vez está regulada pela lei eterna, isto é, regulada pelo plano divino para o governo de suas criaturas.

Para Tomás de Aquino a vida humana deveria ser mais humanizada, isto é, tornada virtuosamente boa, e isso estaria implicitamente relacionado às virtudes morais e às virtudes teológicas, isto é, aquelas relacionadas à Deus, como a fé, a esperança e a caridade.

## 2.2 NORMAS E VALORES

### 2.2.1 Conceitos básicos

Por abordarem padrões que definem tendências de comportamento, os chamados valores adquirem função *sine qua non* na formação e crescimento do indivíduo. Interessante considerar a importância dos valores para indivíduo, admitindo-se que são esses valores que fundamentam e preparam para a vida no grupo social. Em verdade, constituem limites dos atos humanos e também paradigmas para apreciações acerca dos fatos. Assim, pode-se afirmar que valores enquadram procedimentos e, por isso, estabelecem direções para o crescimento individual e social.

Os conceitos eminentemente subjetivos de valor encontraram espaços para legitimação diante das modernas teorias. Conforme ensina Ogien (2003, p.258), e segundo os defensores dessas teorias gerais subjetivas, o valor de um objeto ou de uma ação está relacionado à função dos interesses ou das emoções dos agentes. Isto é, o valor estaria sujeito às variações de acordo com o aumento ou diminuição

da intensidade do interesse atribuído pelas pessoas ou das emoções experimentadas por essas pessoas.

Cabe, entretanto, também considerar o pensamento dos críticos da abordagem subjetiva, os quais privilegiam uma abordagem com ênfase na estabilidade dos valores. Isto é, para a corrente dos pensadores de teorias objetivistas, os valores seriam independentes em relação às flutuações peculiares aos interesses e às emoções.

Mas seria equivoco desprezar por completo essas relações com os valores. Mesmo aqui não se deixa de reconhecer que os interesses e as emoções possuem privilegiadas relações com os valores. Assim, por exemplo, "o valor de um objeto não é função dos interesses ou das emoções do agente, mas o agente pode conhecer ou descobrir este valor por meio de seus interesses ou de suas emoções" (SCHELER apud OGIEN, 2003, p.258).

De maneira mais geral, os defensores da abordagem objetivista rejeitaram as definições subjetivistas do valor porque elas não tinham nenhuma consideração pela diferença que todos nós somos capazes de estabelecer entre o que se deseja e o que é desejável, entre o que nos emociona e o que é emocionante, entre o que nos interessa e o que é interessante. Esta é uma distinção muito importante, que nos permite justificar a ideia, comum em filosofia moral, de que nós não vamos necessariamente ou imediatamente em direção ao que é bom ou que nos aconteça de ter desejos ou interesses por coisas que nós sabemos não serem boas (para nós mesmos ou para outro, no presente ou no futuro). (OGIEN, 2003, p.258).

Como se percebe, a abordagem objetivista pode parecer bastante razoável na medida em que observa que nem sempre o que é bom para alguns invariavelmente também o será para outros. Por outro lado, aquele tratamento da corrente subjetivista parece, de certo modo, depreciar os valores ao amarrá-lo às flutuações inerentes aos interesses e às emoções humanas.

Mas a corrente objetivista também expõe fragilidade. Por exemplo, cita Moore (apud OGIEN, 2003, p.259), diante de um quadro em que se apresenta um mundo extraordinariamente belo e harmonioso, e outro mundo feio e repugnante, considera o autor que invariavelmente se preferiria o primeiro ao segundo. Isto é, o primeiro valeria mais que o segundo mesmo que não existisse alguém para contemplá-lo. Concepção evidentemente esdrúxula, já que não se poderia dizer

sobre algo ser melhor ou pior sem qualquer interesse humano. Seria quase impossível conferir sentido coerente na ausência de outras considerações, particularmente para valores humanos como tolerância ou amizade.

Ogien (2003, p.259) leva a concluir, tratando-se de valor, que verdadeiramente não se pode garantir posição radical para nenhuma das duas correntes. Isto é, não se pode abraçar exclusivamente a postura subjetivista porque ela priva o homem de sua capacidade de distinguir os valores dos desejos ou das preferências. Por outro lado, também não se pode adotar de modo restrito uma abordagem objetivista, que por sua vez despreza a existência de qualquer interesse humano, já que ela abandona hipóteses suplementares que qualificam a situação.

### **2.2.2 Hierarquia de valores**

A ética dos valores está vinculada ao poder que o sentimento possui para realizar valores positivos. Conforme ensina Frings (2003, p.542), ao lembrar o filósofo alemão Marx Scheler, o patrimônio moral não se constitui em um objeto definido ao qual se aspira, ele é concebido passivamente na ocasião da realização de valores superiores àqueles que lhes são colocados.

O autor ressalta o que os filósofos Pascal e depois Scheler chamaram de "ordem do coração", isto é, tendo o coração do homem como sede dos sentimentos, e de modo independente de uma lógica racional, o ser humano tende a adotar uma ordem e uma lógica própria dos valores. Funciona da seguinte forma: sempre o que se deve fazer pressupõe a experiência emocional do ser humano do valor do que deveria ser feito.

Cabe destacar a diferença entre a lógica racional e a lógica emocional. Conforme demonstrou Frings (2003, p.542), a diferença está entre o fato de que enquanto na lógica racional seria razoável imaginar que promover dois atos bons tornaria a pessoa duas vezes melhor, tal matemática não corresponde em termos de lógica emocional. Melhor explicando, a realização de um ato mau não se subtrai de uma série de atos bons, afirmando-se que a pessoa se situaria um pouco abaixo de sua qualidade moral. A pessoa conservará a qualidade de seu valor próprio em cada caso analisado. Importante lembrar que o objeto do dever pressupõe a experiência de seu valor.

Interessante também observar a classificação dos valores adotada por Frings (2003), considerando os sentimentos humanos a eles ligados, e segundo a ordem ascendente por ele imaginada, sendo os mais elevados níveis de valores os últimos:

- a. valores de conforto físico ou prazer;
- b. valores pragmáticos do que é útil;
- c. valores da vida, manifestados na natureza (ex. valores do meio ambiente) e manifestados nas pessoas (ex. coragem);
- d. valores intelectuais de justiça, beleza e verdade; e
- e. valores sagrados.

A partir da ordem emocional dos níveis de valor, a disposição de cada nível se exprime por certos critérios racionais: quanto mais elevados os valores, menos eles podem ser desejados, menos são divididos, menos dependem de fatores materiais, mais são satisfatórios de viver e mais perduram.

Inversamente, quanto menos elevados os valores, mais fácil é fazer deles o objeto da vontade, dividi-los e administrá-los. Por exemplo o valor negativo representado pela dor física, que pertence ao nível de valor mais baixo, pode ser auto-infligido, intensificado ou aliviado; pode ser administrado pelo uso de medicamentos. Em contrapartida, o valor negativo implícito nos remorsos de consciência, que pertence ao segundo nível por ordem decrescente, não pode ser diretamente modificado pela vontade, nem quantificado ou administrado. (FRINGS, 2003, p.542).

A admissão da classificação citada parece bastante razoável e útil, na medida em que pode abranger a totalidade de valores e, ainda mais, estabelece a hierarquia, a qual o autor preferiu chamar de ordem, a que se faz relevante para que, diante de um cenário que exija escolha de prioridade, possa o indivíduo vocacionar sua opção pelo valor mais nobre e admirável.

Mas também exige reflexão o fato de que não existe uma consciência completamente incólume. Assim, evidentemente deve ser considerado o "ser da pessoa", isto é, a pessoa ao longo de sua vida adquire consciência que a leva a realizar ações que são tingidas de individualidade pessoal. Embora todos os seres humanos tenham disponíveis os mesmos tipos de ações que podem praticar, como refletir, amar ou odiar, cada um pratica de uma forma que lhe é própria.



A orientação qualitativa dos atos efetuados revela os valores próprios de cada pessoa. Esse individualismo moral não permite usar um imperativo moral universal que fosse igualmente aplicável a todas as pessoas no mesmo momento. A experiência moral começa antes por uma "disposição" moral a responder em nossa vida ao "apelo do instante", quer se trate de uma oportunidade séria, ou fútil. O apelo do instante incita a pessoa a preferir e a realizar valores mais elevados que aqueles dados numa situação moral. O apelo dirige-se ao indivíduo e está combinado à refração da ordem dos valores no indivíduo. (FRINGS, 2003, p.543).

Essa característica de propriedade individual não despreza o ordenamento de valores anteriormente apontado, mas mostra que a "ordem do coração" influenciará tal hierarquia a ponto de quebrar e, conseqüentemente, distinguir moralmente cada pessoa.

### **2.2.3 Ética e valores no Brasil**

Em se tratando de ética, a questão que primeiramente se formula refere-se em separar a ética e a moral no Brasil e no resto do mundo. A natureza humana possui características comuns em todos os lugares. Particularmente nos dias atuais, em que as interações entre os povos e as relações entre as nações estão muito mais estreitas que em tempos passados, seria completamente ilógico interpretar a questão da ética pertinente ao homem brasileiro completamente distinta da ética dos homens do resto do mundo. Especificamente em decorrência do desenvolvimento tecnológico, não se pode falar em ética própria de um povo ou lugar.

Contudo, também não se pode ignorar que o povo brasileiro possui um conjunto de virtudes que, embora possa não lhe ser exclusivo, está notadamente nele mais presente. O processo histórico cultural brasileiro; as instituições nacionais; assim como a elemental generalização de características individuais compõem o caráter brasileiro. Mesmo não sendo tarefa fácil apurar os atributos de um povo, pode-se afirmar que a moral é elemento que prevalece no caráter nacional.

Alguns importantes autores nacionais se dedicaram especificamente ao estudo do caráter brasileiro, o que não é objeto deste trabalho. Ainda assim, conforme citado na obra de Aleixo (1979), aqueles atributos que aparecem com maior ou menor frequência nos estudos e que são citados como os mais evidentes ao caráter nacional brasileiro são os seguintes: individualismo; adaptabilidade; improvisação; vocação pacifista; cordialidade; e emotividade.

### **3 ÉTICA E VALORES MILITARES**

#### **3.1 Considerações acerca da ética e dos valores militares**

Interessante ponderar que, invariavelmente, se declara que para as forças armadas de Estados considerados íntegros, a ética militar é parte intrínseca de sua realidade, isto é, da realidade de seus militares. Assim, de modo aparente, torna-se completamente dispensável ter que se construir defesa em favor de que a ética militar é instituto necessário, ou que seja pura e simplesmente questão relacionada ao bom senso.

Como bem considerou Toner (2003), professor de ética do Air War College (Alabama/EUA), seria completamente dispensável alguma campanha acadêmica de convencimento de que os soldados podem ser homens e mulheres de comportamento moral decente, já que isto é questão previamente compreendida e assimilada pelos militares. E esta é uma questão relevante na medida em que já constitui importante postulado, questão de bom senso. Os oficiais, quase sem exceção, aceitavam que a ética militar fizesse parte da realidade.

Toner (2003, p.1), ao discutir sobre a ética militar, estabeleceu uma tese principal:

... a ética militar trata de nós aprendermos o que é bom e verdadeiro e, em seguida, termos a coragem de fazer e ser aquilo que devemos fazer e aquilo que devemos ser, porque a ética militar não trata dos êxitos ou fracassos dele ou dela, não trata de suas virtudes ou vícios: a ética militar trata de nossa herança e história militar e trata de nossa responsabilidade de sermos homens e mulheres de caráter.

#### **3.2 Compreensão acerca da ética militar**

O mesmo autor, Toner (2003), de modo acadêmico, adotou um procedimento para se trabalhar tal concepção. Assim, a ética militar baseia-se em três infinitivos, isto é, o "dever" em sentido de o militar ser devedor de algo; o "ordenar" em sentido de se estabelecer uma hierarquia; e o "dever" com o sentido de ser o indivíduo obrigado. Neste juízo, primeiramente é imprescindível entender que a existência adequada da ética militar está atrelada ao conceito de ser devedor. Isto é, se o indivíduo tiver a exata noção por que ele é, e de que ele é devedor, será então capaz de reconhecer a existência da obrigação, do dever e da responsabilidade, os quais o conduzirão ao pensamento moral e também ao raciocínio ético.

Aqui o indivíduo tem a exata noção de que, como todos seus outros semelhantes, possui a compreensão de dívida moral para com outros indivíduos, com limites morais que o diferencia de uma criança imatura, a qual não tem limites e mínimo senso de responsabilidade.

O segundo conceito trabalhado é o de "ordenar", que neste caso não se refere a ação do superior diante de seu subordinado. Aqui o que se retrata é a hierarquia de valores; prioridades éticas; e estruturação moral. Supondo um soldado diante de simples dilema entre defender um interesse de sua organização militar, em detrimento de um interesse de sua instituição. Interesses que, embora teoricamente fossem convergentes, naquele momento se apresentaram simultâneos e dissonantes. Seria correto que o soldado omitisse informações ou mesmo mentisse para garantir aquele interesse da organização militar? Por certo que não.

Aqui surge a necessidade de ordenamento sólido, e sobretudo sensato, no qual estaria em foco o senso de ordenação do indivíduo e, segundo o qual, os interesses do Estado seriam prioritários e estariam mesmo antecedendo os institucionais; estes últimos, por sua vez, estariam antecedendo os organizacionais e assim por diante. Embora tal situação possa ser considerada rara, certamente não o é, e não raro o indivíduo se vê diante de um dilema ético de interesses distintos e é obrigado a decidir segundo a prioridade ética.

O terceiro conceito refere-se ao "dever", agora no sentido de que o indivíduo tem a obrigação de fazer. A questão aqui tratada, que não raro se apresenta, consiste em tensão entre ordens da autoridade militar e as exigências de comando ético. Isto é, o respeito a hierarquia e disciplina militar exige a obediência as ordens e a pronta disciplina intelectual do indivíduo. Ocorre que estas podem, por vezes, estar em dissenso com a consciência deste indivíduo. O poder e autoridade da norma positiva (o que é) se apresenta contrário ao ético, ou ao que diz a lei natural.

Não parece necessária abordagem a referencial teológico ou filosófico. Em verdade, a questão até pode parecer complexa, mas o militar que pratica ação reprovável em cumprimento de ordem de superior hierárquico somente terá defesa aceitável se, diante dessa ação, não sabia ou não podia razoavelmente supor que a ordem fosse moralmente ilegal, segundo a norma natural. Neste caso, a ética militar adequada está relacionada não apenas ao que se manda fazer, mas também ao que se deve fazer.

É atenuante de qualquer violação o fato de que o acusado estivesse agindo conforme ordens, a menos que o acusado soubesse que essas ordens fossem ilegais ou que elas fossem ilegais para qualquer pessoa dotada de senso comum e compreensão normal. (MANUAL DE CORTE MARCIAL, Regra 916, apud TONER, 2003, p.3).

Para escalonar os três conceitos citados, isto é, "dever" (compromisso de dívida); "ordenar" (estrutura moral); e "dever" (obrigação), aparecem outros três conhecimentos. São eles as "regras"; os "resultados" e a "realidade".

O primeiro refere-se às regras. Interessante observar que as regras são próprios pressupostos da ética. O ensino de regras constituem atalhos de disciplinas morais de formação de crianças e jovens, incluindo militares. Mas cabe dizer que as regras, embora muito importantes e virtuosas, não devem ser os únicos fundamentos para a criação da ética militar, já que elas não constroem uma "árvore lógica moral".

Um segundo conhecimento refere-se ao "resultado". Segundo Toner (2003), quanto mais experiente o militar, maior tendência ao pragmatismo. Isto é, militares de maior hierarquia tendem ao utilitarismo. Neste caso, o "resultado" é a questão que se apresenta mais relevante e a consequência. Mas aqui existe outro aspecto que merece comentário.

Ao se atribuir valor ao "resultado", pode-se imaginar que a expressão "os fins justificam os meios" é correta. Evidentemente, ao se discutir ética, não se pode considerar admissível tal situação, em que mesmo fins benéficos possam justificar quaisquer meios para que aqueles sejam alcançados. O exemplo que evidencia a questão é o caso em que se pergunta se vencer a batalha a qualquer custo justificaria o sofrimento ou o número de mortes compreendidas.

Os códigos de honra dos cadetes, por exemplo, ensinam corretamente que mentir, roubar e colar nas provas são coisas erradas- o que significa que certos meios (colar nas provas) são errados mesmo que o fim em vista, passar na prova, possa ser bom em si mesmo. Muitas escolhas em ética militar são falhas exatamente porque aviadores ou soldados esquecem ou ignoram a ideia de que, quase sem exceções, os fins não justificam os meios. (TONER, 2003, p.4).

Um próximo conhecimento refere-se à "realidade". Neste ponto se discute a "ética da situação", isto é, as exigências do momento tendem a determinar a formulação dos argumentos éticos. Evidentemente este conceito está distante da unanimidade, já que grande parte dos autores entende que não se pode determinar

as escolhas éticas a partir das circunstâncias que se apresentam. As circunstâncias não devem determinar as escolhas das pessoas, embora, evidentemente, sejam capazes de influenciar ou condicionar essas escolhas.

Toner (2003, p.5) resumiu a questão da seguinte forma:

se soubermos a quem e do quê somos **devedores**, se soubermos como nossas lealdades devem ser **ordenadas** e se soubermos o que **devemos** ser e o que **devemos** fazer, ainda assim precisamos reunir a coragem necessária para sermos um homem ou uma mulher fiéis a nossa consciência. (grifo nosso)

Mas ainda há pelo menos outros três infinitivos que ilustram adequadamente a questão da ética militar e que aqui merecem discussão. Isto é, o indivíduo deve "discernir" sobre a verdade; para "afirmar" essa verdade; e para, finalmente, "fazer" conforme essa verdade. O mesmo autor revelou que "temos o encargo moral de nos educarmos o melhor que pudermos, à luz da verdade, falarmos a verdade e, em seguida, agirmos conforme a verdade".

A questão torna-se mais delicada na medida em que a verdade não é absoluta. Não se pode dizer que, nos dias atuais, a verdade é aquela que pura e simplesmente retrata a opinião própria, em determinado momento. Não há como se concordar com isso, já que, desta forma, se estaria considerando um expressivo reducionismo acerca do termo "verdade". Não pode a verdade ser moldada, conforme tratamento conferido pelo relativismo, segundo as necessidades de cada grupo que se apresenta.

Interessante identificar a crítica pronunciada por Toner (2003, p.7), quando citou que, se fosse isso verdade, seria apenas uma questão de tempo para que a profissão militar passasse ela própria a se auto-referenciar. Isto é, se a verdade de cada grupo fosse relativizada conforme suas demandas, a profissão militar seria sua própria autoridade insuperável e seu padrão determinante e definitivo.

No caso apreciado, os atos praticados em nome da ética militar seriam mesmo insuperáveis, o que, conseqüentemente, não possibilitaria serem passíveis de julgamento moral. Poderia mesmo tratar a ética militar "exclusiva referência", o que evidentemente não é procedente.

O que se pretende aqui mostrar é que não se pode empregar como critério moral o ímpeto do próprio ego, no caso em tese, o ímpeto militar. Devem existir padrões e autoridades diante dos quais os indivíduos ponderam suas vidas.

Respeitando-se a mesma ideia, a profissão militar, para que não se depreenda verdadeira catástrofe moral militar, deve respeitar padrões éticos de ordens e ações.

O herói - um oficial chamado Sam Damon - instrui o filho a respeito da "ética de virtude": "se você tiver de decidir entre ser um bom soldado e ser um bom ser humano, tente ser um bom ser humano." A ética militar trata de que cada aviador seja um bom ser humano, porque uma boa Força Aérea, competente e de caráter, se faz com milhares de "bons seres humanos" - pessoas para as quais a verdade e a integridade não são "constructos sociais", mas o verdadeiro fio do tecido de suas vidas. (TONER, 2003, p.7).

Na citação, Toner (2003) se referiu ao romance "Once an Eagle", de Anton Myrer (1968), em que o autor procurou destacar, na formação moral do filho militar do protagonista da obra, que existem valores éticos militares que podem tentar seduzi-lo a contrariar outros valores humanos universais. Neste caso, o filho deveria optar pelos últimos, ainda que precisasse rechaçar os primeiros. Com isso, ficou explícito que os valores considerados universais do ser humano são postulados que não podem ser relativizados ou suplantados por outras demandas, ainda que revestidas de sentido moral e, por isso, tentadoras.

Aqui cabe destacar outras considerações também assinaladas por aquele autor. Isto é, foram elencados o que ele chamou de adágios negativos e positivos inerentes à questão ética. O primeiro conceito negativo sugere que se "desconfie da lealdade". Fácil essa compreensão, já que a ética não pode ser provida de pretensões próprias ou de grupos, mas, de modo austero, deve respeitar um ordenamento supremo, no qual Deus é o vértice e, em seguida, surge o Estado, a força armada e a organização militar.

Um segundo adágio negativo versa sobre a "suspeita da sinceridade", já que parece fácil sugerir boas intenções sem, contudo, prová-las. Aqui se exige ações pertinentes ao que foi sugerido. Após o discernimento da verdade, ocorre a afirmação das convicções e, por último a concretização através das ações. Resumidamente pode-se enunciar uma didática sequência em que o indivíduo aprecia a verdade; afirma e age conforme havia declarado.

Um próximo adágio positivo trata de se "querer a sabedoria". Definir a ética militar como um conjunto de regras de conduta é bastante simplório. Ela não se dedica à preconceito; informação; ou conhecimento; mas tem por escopo, como a própria filosofia, a sabedoria. Neste caso, deve-se ter a noção de que esta sabedoria pode e deve ser perseguida pelo indivíduo.

Um outro adágio positivo versa sobre a "valorização da virtude", que nada mais é do que a predisposição do indivíduo para o exercício do bem e segregação do mal. Assim, embora o indivíduo possa ser um verdadeiro domicílio de valores, não necessariamente será movido pelo desejo da prática do que deve ser feito, isto é, ele poderá não ser inspirado pela virtude, ou desejo habitual do exercício do que deve ser feito. Mas aqui cabe destacar que virtude em ação é caráter.

Ter caráter é perceber adequadamente o compromisso que existe para com a sociedade, respaldar a dívida social que o indivíduo tem para com o outro indivíduo e, conseqüentemente, ordenar a sua vida refletindo sobre o que é correto e agir à luz dessa reflexão. A ética militar discorre também sobre isso, defendendo interesses nacionais; estabelecendo corretas relações de valores; e com discernimento protegendo pessoas inocentes.

### **3.3 Ética militar e a guerra**

A ética consiste em uma das mais relevantes questões inerentes à guerra. Conforme citou Anscombe (apud FICARROTTA, 2007), diante da guerra iminente, não é pouco flagrante que, impulsionadas por razões comuns, as nações "pensem erradamente que estivessem certas" em suas decisões de se contraporem ao inimigo. "O orgulho, a malícia e a crueldade são tão habituais que é verdade dizer-se que as guerras têm sido, em sua maior parte, mera perversidade em ambos os lados".

Talvez não se possa acatar tacitamente a compreensão daquele autor, no sentido de que a guerra é mera expressão de maldade, mas a verdade é que, de fato, a guerra pode se apresentar como drástica oportunidade para a prática das mais desprezíveis espécies de imoralidade, como expressivamente tem sido registrado na história da humanidade.

Por isso, não é difícil encontrar tantas pessoas que condenam a prática da guerra em qualquer situação, já que esses pacifistas consideram a guerra verdadeira catástrofe moral, diante do indiscriminado e abusivo uso do poder na condução do combate. Ocorre que, mesmo diante de um quadro extremo, como ocorre na guerra, não deve haver esta nulidade moral que alguns pressupõem existir. De fato, não há como se supor a existência de uma radical permissividade moral que tudo justifique quando em caso de guerra.

O professor de filosofia da Universidade da Força Aérea dos EUA, Carl Ficarrotta (2007), destacou que é imperioso que se evite a formulação de julgamentos morais precipitados para que isso não conduza a trabalhos insatisfatórios. Isto é, não se deve proceder de modo sucinto, imprudente ou "ingênuo" sem que se estude a natureza das questões morais relacionadas à guerra.

O estudo foi separado em duas áreas pelo renomado professor de ética militar Manuel Davenport (FICARROTTA, 2007). A primeira trata de "doutrina" específica de ética militar; a segunda, de um "método" ou tratamento do que se ensinar sobre ética militar. O tema "doutrina" aborda questões éticas tais como: a autoridade para ir à guerra; o combate; a lealdade; a competência profissional e, inclusive, se chegando ao ponto de se tratar como moralmente deveria ser o militar.

O autor abordou importante aspecto relacionado à ética e que merece também neste trabalho ser citado, já que se refere aos "perigos" do poder militar exercido indiscriminadamente e, por consequência, da lealdade exigida das pessoas que detém esse poder militar.

Não raro se enxergar casos em que, as forças armadas recebem do Estado o poder que, ultrapassando ou não a demanda para o cumprimento de seu dever, acaba por transformar este poder que lhe foi outorgado em tirania contra seu cliente, isto é, contra o próprio Estado. Por isso a lealdade ao cliente, que no caso específico é o Estado, é qualidade primordial às forças armadas e aos seus militares. Aqui se enxerga mais uma vez a questão da hierarquia de valores.

Mais claramente, o militar tem o dever de ser leal ao seu companheiro e a sua força, mas esta lealdade deve ser precedida pela lealdade ao seu principal cliente, o Estado. Um conceito intrínseco ao da ética militar refere-se à guerra justa. Não se pode ignorar que a legitimidade à guerra passa pela legitimidade de sua declaração. Não raro, autoridades militares entenderem que são elas quem detém a exata compreensão sobre o adequado momento de se declarar a guerra, como se os principais conhecimentos para se discernir sobre a questão estivessem de posse dos integrantes das forças armadas.

O autor ensinou que, ao longo da história, esse pensamento equivocado da vertente militar conduziu a maus resultados. Como disse, quando as forças armadas "decidem quem são os inimigos de sua sociedade e empenham-se, por si próprias, em ações destinadas à destruição desses inimigos aparentes, a estabilidade da sociedade é colocada em risco, em vez de preservada" (DAVENPORT apud



FICARROTTA, 2007). Por isso a decisão de se ir a guerra deve pertencer ao povo, legítimo interessado em seu resultado e aquele que tem o poder de indicar e mesmo destituir seus governos. O mesmo autor cita que “aqueles que governam diretamente tornam-se mais difíceis de destituir se tiverem o poder de fazer a guerra”, como se esta faculdade de se decidir ou não pela guerra também atribuísse ao seu detentor uma intrínseca estabilidade no poder.

Outro “perigo” do poder militar refere-se à condução da guerra. Isto é, indiscriminado exercício do poder atribuído pelo Estado ao militar. Mais claramente, refere-se ao risco que, de modo estimativo e implícito, o poder militar confira aos soldados suficiente legitimidade para que estes, sem quaisquer restrições, esbulhem indiscriminadamente seus adversários como se isso fosse indispensável ao interesse do Estado. Importante observar que o Estado e as regras da moralidade conferem ao soldado o poder da prática da violência, mas mesmo essa sofre restrições que têm por escopo o próprio interesse do cliente, isto é, o Estado.

É fácil entender a questão. Assim, os soldados devem necessariamente distinguir entre os interesses do Estado e da humanidade. Ações destrutivas de adversários civis, por exemplo, não podem se justificar com argumentos de que aquelas atendem interesses de seu país ou de seus cidadãos.

Segundo Davenport (apud FICARROTTA, 2007), o militar tem por dever a promoção da segurança e do bem estar da humanidade e este dever, segundo o direito militar, tem precedência sobre os deveres para com os clientes que, como seus cidadãos, são apenas uma porção da raça humana. É exatamente neste ponto em que se faz necessário o discernimento por parte do militar, entre combatentes inimigos e civis inocentes, particularmente nos momentos em que esses civis representam quase que exclusivamente a humanidade e não o adversário que a decisão pela guerra.

Ainda sobre o direito à guerra, ou melhor, sobre a guerra com causa justa ou não, alguns autores adotam posturas mais ou menos abrangentes. Os trabalhos de Davenport conduzem a compreensão de que o autor preferiu a postura mais abrangente, segundo a qual os motivos que justificam a guerra são mais amplos do que os interesses nacionais do Estado ou a sua autodefesa.

Dessa forma, quaisquer violações aos direitos humanos atribuem razão para, inclusive, a guerra. O autor entendeu que essas violações deveriam ser punidas e, mesmo que não se pudesse promover essa punição ao infrator, por rigorosa

incapacidade de assim fazê-lo, consignar tal posição serviria no mínimo para conduzir a uma crescente consciência moral e, conseqüentemente, ao aperfeiçoamento das normas da guerra. O autor ainda fez referência ao fato de que servir aos interesses nacionais, por vezes egoístas, não podem ser mais importantes que a melhoria da qualidade de vida de todos os seres humanos.

Cabe observar que nem por isso se pode dizer que o autor adotou postura pacifista, mas apenas que procurou observar a hierarquia de valores que podem justificar a guerra. Pelo seu entendimento, os valores da humanidade precedem os interesses de um Estado considerados egoístas. Não resta dúvida de que julgar cada um desses pontos é questão complexa e, também, subjetiva. Neste caso, o entendimento é de que a apreciação deve considerar os valores admitidos como universais pela humanidade.

### **3.4 Integridade moral do militar**

Relevante é a compreensão sobre exigências ou não do serviço militar sobre qualidades pessoais de seus profissionais. Retornando ao que foi tratado por Davenport, foram citadas qualidades que o exercício da profissão militar exigiria, como: a coragem moral e a coragem física; o sentido de vocação; e a integridade pessoal. Mas particularmente são qualidades indispensáveis a integridade moral e a competência técnica especializada do militar; estendendo, inclusive, essas exigências morais à vida pessoal.

O autor procurou mostrar que mesmo na vida particular, se exige do militar postura moral íntegra e que isto não se coaduna, por exemplo, com o adultério. Discorreu, contra o adultério, ainda que reservado fosse ele.

Uma pessoa cuja existência depende continuamente de enganar-se a si próprio e aos outros não merece confiança para desempenhar os deveres que lhe são atribuídos ou fazer relatórios verdadeiros que sejam subjetivamente desagradáveis ou nocivos. Uma pessoa assim, ... não pode merecer respeito como militar. (DAVENPORT apud FICARROTTA, 2007, p.5).

Em relação ao que o autor pretendeu trazer, é fácil a compreensão sobre a adoção de postura intransigente quanto à integridade moral exigida aos profissionais militares, já que a estes seria demandada confiança no limite para o desempenho de seus deveres, não lhes sendo permitida qualquer flexibilidade, já que, inclusive, esta

flexibilidade poderia comprometer o próprio funcionamento da instituição militar, e das forças armadas.

Mas as exigentes virtudes militares teriam que promover o bem comum, e não apenas a excelência militar. Isto é, não há como se falar em forças armadas morais sem que elas estejam inseridas em um contexto moral mais amplo. Ficarrotta (2007) registra que as forças armadas morais assim o são em decorrência de que preservam importantes valores morais e humanos. As virtudes militares e as virtudes humanas, valores da vida do homem, se entrelaçam e se fundem de tal maneira que não se pode dizer que uma se distingue da outra.

Assim, não há como dizer que um militar é virtuoso se ele ignora preceitos humanos éticos, ainda que observe excelentes padrões militares. Como ensinou o professor de ética, o fundamento definitivo exclui a possibilidade de se considerar moralmente virtuoso aquele militar excelente estrategista ou combatente corajoso, mas que abdicou de preceitos humanos universais.

Parece relevante a compreensão de que a ética militar não pode ser reduzida de modo simplista. O tema é complexo e, diante de questão moral concreta, para correta apreciação, seria necessário buscar todos os fatos inerentes, mesmo aqueles que não estivessem revestidos de importância moral aparente.

## 4 ÉTICA E VALORES MILITARES DIANTE DA CONTESTAÇÃO

### 4.1 ÉTICA E VALORES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército é uma Instituição secular, de invejável credibilidade, porque é portador de um esplendor histórico e de valores referenciais, que constituem uma espécie de santuário. Participou de fatos marcantes da vida nacional; a vocação é a democracia; o compromisso é com o Brasil; teve, tem e sempre terá compromisso institucional e afetivo com a liberdade e com a justiça social; é plena a sintonia com os desejos e as aspirações dos brasileiros; é proativo nos momentos de calamidades e quando a sociedade vê os seus mais lídimos valores democráticos ameaçados. Muitos de seus integrantes deram a própria vida, na defesa desses valores. ...Quem porta a espada do patrono Caxias, dele deve se manter à altura! (QUEIROZ apud BRASIL/ Exército, 2016, p.30).

Após a discussão acerca da ética e dos valores militares na sessão anterior, ocasião em que foram trabalhados aspectos conceituais com ideias, inclusive, sobre a ética militar e a guerra, neste presente espaço a discussão estará sendo dedicada aos valores abordados pelo Exército Brasileiro.

Mesmo que a época da pós-modernidade tenha crescente e vigoroso poder de influência sobre os sistemas de valores universais, podendo mesmo estabelecer novas referências éticas, instituições seculares como o Exército Brasileiro são consideradas esteios de garantia de valores morais que, como o chefe militar citou, constitui uma espécie de santuário garantidor de seus compromissos com a liberdade, com a justiça social, com a democracia, com o País e com muitos outros valores universais.

Enxergando a importância que os valores, os deveres e a ética militares têm como postulados de garantia de sua função constitucional, o Exército Brasileiro, através de seu Comandante, expediu o *Vade-Mécum* de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares (VM 10) - Portaria nº 156, de 23 de abril de 2002.

O documento é de significativa importância porque apresenta de modo amplo, mas particularmente simples, os principais conceitos acerca do tema, permitindo o fácil manuseio, divulgação, e discussão produtiva pelos integrantes da Força, ainda que a Instituição militar faça uso de vários outros documentos como subsídio de divulgação de seus preceitos, como o Estatuto dos Militares (E1-80); o Regulamento Disciplinar do Exército (R4); o manual de Liderança Militar (IP 20-10); dentre outros.

Como explicitamente seu objetivo de capa diz, "o presente *Vade-Mécum* ressalta de forma abrangente e simples, as principais 'ideias-força' referentes aos valores, deveres e ética militares, visando a contribuir para o continuado aprimoramento das virtudes militares".

Cabe também citar, com acento crítico, a afirmação que consta no documento, a qual é desproposita na medida em que retrata que a Secretaria Geral do Exército elaborou o *Vade-Mécum* como necessidade para atender sua demanda já que "Valores, Deveres e Ética Militares são fatores mais relevantes na avaliação das propostas de concessão das honrarias e os grandes motivadores das solenidades cívico-militares, em especial do seu cerimonial militar".

Obviamente a afirmação teve o mérito de demonstrar a iniciativa pela elaboração de tão importante documento, mas pecou na medida em que procurou justificar sua elaboração por razão que, embora longe de ser desprezível, encontra-se distante dos nobres fins de se trabalhar a ética militar.

#### **4.1.1 Valores Militares**

Como bem citou o *Vade-Mécum* militar, a profissão das armas exige do cidadão incalculável número de sacrifícios, dentre os quais, o da própria vida em favor da Pátria. Uma profissão capaz de exigir este nível de sacrifício tem obrigatoriamente que estar amparada por preceitos morais legítimos, mas também arraigados em sua estrutura fundamental. Isto é, não seria razoável exigir-se do homem o sacrifício de sua vida sem que ele acredite e confie nos fins dignos de sua própria instituição militar.

Segundo o *Vade-Mécum* (BRASIL, 2002, p.3), os valores militares são referenciais fixos, fundamentos imutáveis e universais. Mesmo que se discuta, e este trabalho o fez em sessão anterior, sobre a volubilidade dos valores, a Instituição militar decidiu por tratá-los como imutáveis. A explicação é simples e compreende o fato de que o Exército considera 'valores' as manifestações essenciais e postulados existenciais da própria Força Armada. Isto é, se os valores militares considerados para o Exército fossem mutáveis, flexíveis ou volúveis, a própria instituição poderia perder seu sentido existencial.

O Exército Brasileiro relacionou seis valores militares.

a. Patriotismo - caracterizado pelo amor à Pátria e pela defesa de seus propósitos de soberania; integridade territorial; unidade nacional; e paz social.

b. Civismo - descrito no culto aos símbolos nacionais; aos valores e tradições históricas; à história pátria; e aos heróis nacionais.

c. Fé na missão do Exército - lavrada pelo amor à Instituição e confiança na missão que lhe é atribuída.

d. Amor à profissão - compreende a permanente exteriorização de entusiasmo e motivação com as "coisas" do Exército.

e. Espírito de corpo - que compreende o orgulho do Exército, de sua profissão e de seus companheiros. É o valor que reflete o grau de coesão e camaradagem da tropa.

f. Aprimoramento técnico-profissional - narrado pela modernidade, operacionalidade e eficiência do Exército, o qual exige de seus profissionais altruísmo com a capacitação individual e coletiva.

#### **4.1.2 Deveres Militares**

Como também citado no *Vade-Mécum* (BRASIL, 2002, p.6), compreendem vínculos do militar à Pátria e ao seu Exército, podendo ser morais ou jurídicos. Os primeiros são aqueles voluntariamente assumidos, enquanto os outros são os decorrentes de imposição pela norma.

Foram relacionados seis deveres militares:

a. Dedicção e fidelidade à Pátria - compreende a dedicação ao serviço da Pátria e a defesa de sua honra, integridade e instituições. Neste ponto o legislador procurou deixar evidente que os interesses pessoais deveriam estar subordinados aos interesses da Pátria.

b. Respeito aos símbolos Nacionais - o culto e respeito à Bandeira, ao Hino, as Armas e o Selo Nacionais constituem, além de dever, expressão de civismo.

c. Probidade e lealdade - compreendem a integridade de caráter, honradez e culto à verdade.

d. Disciplina e respeito à hierarquia - são fundamentos constitucionais e base institucional das forças armadas brasileiras.

e. Rigoroso cumprimento dos deveres e ordens - consubstanciado no próprio juramento do soldado, em que afirma cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado.

f. Trato do subordinado com dignidade - compreende, além da própria dignidade, a bondade, a urbanidade, a justiça e a educação, sem contudo desabonar a hierarquia e a disciplina.

#### **4.1.3 Ética Militar**

Conforme explanado no *Vade-Mécum* (BRASIL, 2002, p.9), "Ética Militar é o conjunto de regras ou padrões que levam o militar a agir de acordo com o sentimento do dever, a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. Ela impõe, a cada militar, conduta moral irrepreensível".

a. Sentimento do dever - trata do desempenho funcional por força do cargo, devendo o militar exercer tal função com autoridade e eficiência.

b. Honra pessoal - trata da conduta pessoal, isto é, da reputação do indivíduo.

c. Pundonor militar - está relacionado à honra pessoal, mas neste caso trata do indivíduo como militar e diante da Instituição. O padrão comportamental do indivíduo corresponderá ao seu desempenho profissional, ao respeito e ao prestígio que gozará na Instituição.

d. Decoro da classe - trata do conceito moral e social de que goza os militares do Exército. Aqui a conduta exigida tem por objeto a preservação coletiva da classe social militar.

## **4.2 DEGRADAÇÃO DOS VALORES NA SOCIEDADE**

O que, a meu ver, constitui o aspecto mais grave do problema moral da juventude brasileira de hoje é exatamente a contestação que desceu até ao nível profundo dos valores. Digamos imediatamente que não é um problema exclusivo da juventude brasileira. Ele é talvez mesmo bem mais profundo entre a juventude de outros países. Digamos também que não é um problema nem da totalidade, nem mesmo da maioria dos jovens brasileiros. O que quero dizer é que o simples fato de ele já existir entre nós constitui o

aspecto mais grave do problema, a ponto de merecer uma análise mais insistente do que as que dedicamos aos dois problemas anteriores. (ÁVILA, 1985, p.19).

As palavras do padre Ávila (1985) retrataram o problema da degradação dos valores na sociedade mundial e no Brasil. O autor referiu-se particularmente à contestação dos jovens, como se isso também não estivesse envolvendo em grande parte a sociedade como um todo. Bem verdade que a contestação dos jovens tende a ser mais aparente e significativa na medida em que se espera que as gerações mais novas respeitem e aprendam sobre a vida com as gerações mais velhas e experientes. Por isso, tende a ser mais evidente quando a situação assim não se configura.

O tecido social vem demonstrando estar inflamado com explicitas demonstrações de desrespeito aos valores considerados universais, como, por exemplo: a verdade; o patriotismo; o civismo; a lealdade; a disciplina; o trabalho; o respeito ao ser humano; etc. Por vezes, mesmo a própria ascensão social sendo contestada como valor digno do homem. Valores cuja inexistência configura um verdadeiro quadro de anarquia, diante da completa impossibilidade do convívio social dos seres humanos.

Aqui se faz mister uma pequena apreciação de como a questão da degradação de valores tem alcançado patamares tão elevados. Ávila (1985) procurou demonstrar que a questão poderia decorrer de uma interpretação que se chama gradualista. Isto é, o processo de degradação moral transcorre em etapas, de um plano mais superficial para outros cada vez mais profundos.

Partindo inicialmente da contestação do plano mais superficial, os jovens contestadores declararam guerra contra as convenções sociais. O fundamental estaria exatamente na promoção do impacto. Os jovens apelam para quebra de paradigmas que, aparentemente, pouco comprometem a degradação dos valores.

Assim, por exemplo, esses contestadores valem-se de roupas pouco convencionais; padrões estéticos e de linguajar próprios e em desacordo com as regras sociais comuns; uso de cortes e cores de cabelo pouco habituais; uso de acessórios extravagantes; etc. Como se por prazer, desmantelam o regramento social construído ao longo do tempo. Mesmo que inicialmente tais contestações



representem atritos, acabam de modo gradual sendo aceitas e, inclusive, por vezes acolhidas pelo que é tradicional.

Em sequência, a contestação avança para um próximo nível mais profundo, agora acometendo padrões de comportamento humano. Cabe destacar a importância que tem esses padrões de comportamento, já que são eles os garantidores da identidade, do controle e da estabilidade social. Isso significa que o comprometimento alcança e passa a afetar a identidade social conquistada ao longo do tempo.

Neste nível, a contestação passa a ser considerada de maior gravidade porque alcança e afeta as relações humanas. Os jovens contestadores subvertem o principal e último portal de defesa dos valores, classificando os paradigmas comportamentais da sociedade como preconceituosos e tabus repugnantes. Esses contestadores alcançam seus intentos de tal forma que conseguem, corrompendo os valores, fazê-los parecer desprezíveis.

Com isso, o ímpeto contestador questiona e degrada os valores sociais, sob os falsos argumentos de que eles são opressivos, ignorantes, aprisionadores, grotescos e estúpidos. Diante do quadro que se desenha, para não sentir-se arrogante, a sociedade manifesta-se com hipocrisia e débil condescendência, até lograr a negação dos valores que ela própria tinha como postulados.

Uma segunda interpretação chama-se sísmica. Esta, como o próprio nome indica, sugere um desastre cuja intensidade é suficientemente capaz de abalar o quadro estrutural dos valores. Com esta turbulência e derrocada dos postulados, novos padrões e convenções sociais são adotados.

Mas para se corrigir a questão, certamente é também relevante identificar o impacto dessas profanações aos valores sociais. Segundo Toffler (apud ÁVILA, 1985, p.20), tal impacto seria decorrente da excessiva aceleração do processo de mudança que o mundo atravessa, com o futuro chegando cada vez mais depressa e alcançando as bases culturais de modo avassalador, conquistando primeiramente os jovens que não possuem a experiente resistência dos mais velhos.

Cabe enfatizar a responsabilização que Ávila (1985, p.21) atribuiu à educação, ou melhor, à falta dela a partir de concessões generalistas advindas de interpretações equivocadas das chamadas teorias freudianas. Isto é, a educação

eminentemente permissiva como esteio educacional, exatamente a que se pronuncia nos dias contemporâneos, não pondera em favor do desenvolvimento psíquico humano. A versão de que nada se deve negar às crianças e aos jovens, com o argumento de que é necessário viver experiências novas para adquirir conhecimento, certamente contribuirá para resultados sociais desastrosos.

Outra importante observação se faz pertinente, isto é, a partir do momento em que o jovem, o contestador de valores, cria sua individualidade psicológica, os métodos autoritários e impositivos servirão apenas para preparar indivíduos revoltosos, ao invés de contribuírem para a formação da personalidade sadia e equilibrada que se deseja.

A educação controversa das concessões extremadas pode ser considerada uma das causas da reação contestatória juvenil. Mas outra expressiva causa está relacionada à difusão das ideologias radicais de contestação da Escola de Frankfurt, tendo no filósofo Herbert Marcuse e seus discípulos os difusores de legitimação da rebeldia.

Marcuse fez uma nova leitura utópica e radical da psicanálise utilizando camadas primitivas da psique humana e condenando as restrições éticas que se apresentam ao comportamento sexual. Tal contexto freudiano ficou conhecido como "perversidade polimorfa". Aqui, haveria potencial para que o prazer tivesse capacidade para se tornar um elemento de agitação social. Pela "perversidade polimorfa" a sociedade encontraria a grande iluminação e a felicidade, a "chave para a utopia".

É evidente que na cultura em que vivemos de meios de comunicação de massa, a mera repressão é impotente para preservar o jovem das influências das ideologias radicais. A literatura reprimida terá para ele a fascinação do fruto proibido e ele encontrará sempre os canais subterrâneos pelos quais ela circula sub-repticiamente. Participará de grupos clandestinos de estudo e a clandestinidade confere à mensagem o poder mágico de se impor sem resistência crítica. O jovem iconoclasta de todos os dogmas e de todos os tabus apenas percebe a intolerância dos novos dogmas pelos quais se deixou cativar. (ÁVILA, 1985, p.22).

O jovem contestador, que revelou extrema resistência às inspirações verticais, isto é, da autoridade familiar, do Estado ou da Lei, encontrou a referência de que precisava, mostrando-se suscetível às influências horizontais e sujeitando-se

às ideologias radicais. Diante do quadro, tornou-se incontestável a dificuldade para se guardar a sociedade dessas influências e garantir a preservação de seus mais elevados valores.

#### 4.3 DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DOS VALORES MILITARES

Como relatado na seção anterior, a contestação e a conseqüente desestabilização do sistema de valores avança em direção ao nível profundo, acometendo os padrões de comportamento humano, comprometendo a estabilidade e a identidade social. Portanto, o grande desafio reside na preservação desses valores morais.

O esforço passa pela superação da hipocrisia, cúmplice da contestação. Não se pode imaginar que os contestadores serão convencidos quanto à necessidade de preservação dos valores em um grupo que lhe diz o que fazer, mas faz exatamente o contrário. A permissividade torna-se o exemplo negativo e também acaba por ser reclamada por aqueles jovens contestadores que desvelam a hipocrisia. Diante da cínica e frágil defesa de valores, o contestador decide por renunciá-los. O ostensivo é que o contestador não acata a autoridade que não tem esteio moral.

O primeiro desafio de preservação dos valores militares que se pronuncia é a evidente exigência dos contestadores quanto à autenticidade das manifestações dos valores morais por seus defensores, sob pena de que, assim não o fazendo, a resposta daqueles venha sob a forma de objeção aos valores tanto defendidos. O exemplo é exigência *sine qua non* para se iniciar os trabalhos de defesa dos valores. Assim, somente os valores patenteados e praticados socialmente têm espaço para sobreviverem pela conquista de seus prováveis contendores.

No âmbito militar, a questão se faz presente na mesma medida em que na esfera civil, e talvez até com maior intensidade, isto é, torna-se impossível exigir aqueles valores militares de patriotismo; civismo; fé na missão do Exército; amor à profissão; espírito de corpo; aprimoramento técnico-profissional, ou simplesmente hierarquia e disciplina, princípios institucionais, sem que sejam exemplarmente praticados por aqueles que os reivindicam.

Não é sem razão que em uma das paredes do pátio principal da Academia Militar das Agulhas Negras, principal escola de formação dos oficiais de carreira do Exército Brasileiro, e local onde diariamente os cadetes concentram-se para formaturas militares de acesso ao refeitório, está ostensiva e explicitamente aposto o seguinte: "Cadete, ides comandar, aprendei a obedecer". Isto é, a escola militar, desde cedo, procura mostrar ao futuro oficial o valor do exemplo. O cadete deverá compreender o valor que tem o seu cumprimento das ordens emanadas dos superiores para que possa exigir o cumprimento daquelas ordens que por ele forem emitidas.

Noutro espaço da Academia Militar das Agulhas Negras, no que homenageia antigo chefe militar brasileiro, o Pátio Marechal Mascarenhas de Moraes, também se observa em uma de suas paredes outra sentença que reporta a importância que tem os valores no âmbito militar, em especial na formação de jovens militares. Na parede está aposto o seguinte: "Ser cadete é cultivar a verdade, a lealdade, a probidade e a responsabilidade".

Por certo, dentre as escolas militares do Exército aquela Academia ocupa uma importância significativa referente à obrigação de inculcar valores militares nos jovens que decidiram por seguir a carreira das Armas.

Outro desafio de preservação dos valores militares que deve ser destacado, e que também exige cuidados, refere-se às fortes exigências morais que devem envolver a vida profissional e particular dos militares, de modo que não se utilizem de tolerância em fatos desabonadores de condutas, os quais podem significar o exemplo pernicioso sobre o qual se construirá a decadência dos valores militares.

Aqui se faz relevante lembrar a lição do professor Manuel Davenport (apud FICARROTA, 2007, p.5), o qual destacou que a pessoa que depende de enganar a si mesma e aos outros não é digna de confiança para o desempenho dos deveres que lhes são atribuídos. Essa pessoa não é digna de respeito como militar. A desprezível ação que merece ser superada é o enganar e, neste caso, o primeiro a se fazer enganado é o próprio enganador.

Ressalte-se que o conflito que se desenha no âmbito militar também se desenvolve nos lares familiares. A base comum de valores que tem seu nascedouro nas famílias é essencial ao diálogo de convencimento e conquista dos jovens. Mas

cabe lembrar que essa superação de conflitos não pode meramente adjudicar a permissividade improdutiva em favor dos contestadores. E isso constitui lição também para a esfera militar.

É possível que a solução não esteja tão somente no diálogo construtivo, nos lares e nos quartéis, mas por certo nas famílias e na caserna, os pais e os militares devem trabalhar para a preservação de suas autoridades morais, enquanto ainda as detêm, ou para recuperá-las, quando não as possuem mais.

A geração adulta deve-se demonstrar tão empenhada como os jovens na realização do ideal de uma sociedade próspera, mas fundada sobre um relacionamento de justiça, de amor e de paz. Deve-se saber, com a geração jovem, explicitar este ideal em projetos concretos capazes de mobilizar o seu dinamismo e permitir-lhe descobrir uma nova significação essencial para a sua vida. (ÁVILA, 1985, p.24)

O exercício da autoridade, nos lares ou nos quartéis, além de estar condicionado ao exemplo, terá que revestir-se de experiência, dignidade, firmeza, prudência, razão e apurado senso de justiça.

Também não pode ser esquecido o desafio de preservação dos valores militares sobre o que se chama falsa prerrogativa de isenção de dever. Isto é, como anteriormente visto, o exemplo é a forma responsável pela conquista daqueles contestadores, os quais, quando não forem capazes de enxergar aquela opção como a única possível, deverão descobrir que o certo é o que lhe foi mostrado como parâmetro, e assim seguir aquele que o antecedeu, e que lhe deixou o legado, o exemplo. Todavia, é condição para a conquista dos contestadores que os mais velhos e experientes pratiquem a ética, o que nem sempre ocorre, exatamente por cogitar serem detentores de prerrogativa que os isenta dessa prática.

Diante do quadro que se configura, e sem qualquer dúvida, os contestadores não obedecerão à ética. Por mais incrível que possa parecer, mesmo no âmbito militar é relevante o cuidado permanente com a falsa prerrogativa de isenção de dever. A profissão militar por certo é muito exigente e, ainda que tenha na rigorosa hierarquia o instrumento de ordenação de autoridade, não pode ela significar parâmetro de cumprimento do dever ético. Interessante observar que, ainda que existam níveis de autoridade, estes não conferem privilégio ético a ninguém. E isso está evidenciado no *Vade-Mécum* de Cerimonial Militar do Exército - Valores,

Deveres e Ética Militares (VM 10), já que em nenhum momento ele se refere especificamente a uns ou outros militares, mas trata indistintamente a todos.

Os desafios elencados para a preservação dos valores militares constituem uma pequena fração diante daqueles que diariamente surgem na sociedade e nos quartéis. Por isso se fazem necessários permanentes trabalhos que denotem o esforço institucional do Exército Brasileiro e pessoal de cada um de seus membros para a superação das contestações aos seus notórios, distintos e íntegros valores.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou, ao longo de sua primeira seção, construir uma fundamentação teórica que possibilitasse, no decorrer das demais seções, uma rica interpretação sobre o núcleo que se pretendeu explorar acerca da ética e dos valores militares, particularmente, sobre o que foi tratado na última seção, a qual se referiu muito especialmente ao Exército Brasileiro e aos desafios para a preservação de seus valores militares.

Como não se pode estudar 'ética' sem lavrar subsídios filosóficos, foram selecionados filósofos que construíram suportes teóricos utilizados ao longo da história da humanidade. Por isso o estudo da fundamentação da moral kantiana; a filosofia moral de Montaigne; a moral de Nietzsche e o pensamento de São Tomás de Aquino.

Foi importante mostrar o quão relevante são os valores militares em uma sociedade que contemporaneamente lida com explícitas demonstrações de desrespeito aos valores considerados universais. Para demonstrar a importância desses valores militares, foi destinada uma seção específica, a qual trabalhou considerações fundamentais e algumas ideias que procuraram distinguir a ética militar das demais. Nesta seção, também foi tratada questão perene sobre a ética e a guerra; e ponderações sobre a integridade moral do militar.

Por último, foi destinada seção própria para, de modo específico, se tratar dos valores adotados pelo Exército Brasileiro; e sobre a contestação dos valores e os desafios para preservá-los em um meio que indubitavelmente, e por vezes mesmo inconscientemente, tem trabalhado para degradá-los.

Algumas lições parecem evidentes nesta conclusão. A primeira delas a de que, de forma indiscutível, se fazem necessárias disciplinas acerca da ética militar nas escolas de formação do Exército, escolas fontes de formação de quadros responsáveis pela propagação dos valores perenes, notórios, distintos e íntegros.

Conforme pôde ser constatado, a ética militar pressupõe um ensino cativante, mas com sóbria exigência intelectual e rigidez de atitudes. Não resta dúvida que a influência exercida pelo estudo que inculcar valores será responsável pela diligente influência na vida do militar. Este militar terá maior e melhor capacidade para avaliar e lidar com as questões morais que incontestavelmente se apresentarão.

Uma segunda lição também se refere ao ensino da ética. Considerando a necessidade de pessoas discutirem em alto nível sobre o tema da pauta, parece relevante que isso ocorra em fóruns adequadamente mobiliados para que seus resultados sejam pragmaticamente levados a efeito na esfera militar. Isto é, a organização de simpósios sobre ética militar deve fomentar a reflexão entre profissionais, professores e estudantes, que enfrentam problemas éticos em suas áreas militares e os quais poderão compartilhar soluções relevantes para a Instituição e para o País.

Ainda sobre o ensino da ética, foram adequadamente tratados neste trabalho temas como: questões morais sobre a guerra justa; sobre quando ir à guerra; e sobre quais as razões que justificam a guerra. Também devem ser abordados nas discussões acadêmicas sobre ética militar a competência profissional militar; o modelo de indivíduo militar; valores pregados pelas instituições militares, particularmente hierarquia e disciplina; dentre outros.

O trabalho também trouxe outra lição referente ao ordenamento de valores. Não pode ser descartado o respeito ao ser humano, ainda que diante de um quadro de guerra. Prover segurança e bem estar da humanidade é dever militar, e não pode ele ignorar essa questão sob o argumento de que suas razões justificam, por exemplo, na guerra considerar civis inocentes como se combatentes fossem. Outro discernimento relevante é reconhecer que a camaradagem e a lealdade à Instituição são valores importantíssimos, mas não podem se posicionar a frente da lealdade à Pátria, cliente maior da Instituição militar.

Tratando-se de ética militar, cabe lembrar que o militar não pode ignorar a noção de que, quase sem exceção, os fins não justificam os meios. E particularmente no que se refere ao ordenamento de valores, por vezes são realizadas escolhas equivocadas em virtude de avaliações também equivocadas. Ainda que deveres morais conflitantes possam se fazer presentes, o ordenamento de prioridades levará o militar a um correto discernimento e prática moral. Por isso, aqui se faz relevante repetir o que Myrer (TONER, 2003) citou: "se você tiver de decidir entre ser um bom soldado e ser um bom ser humano, tente ser um bom ser humano".



O autor, ao considerar que a ética militar trata de que cada soldado seja um bom ser humano, ensejou que as boas instituições militares seriam construídas a partir de milhares de bons seres humanos. Para esses militares, a verdade e a integridade não seriam simples construções sociais, mas representariam o verdadeiro tecido de suas existências.

A lição seguinte trata das virtudes militares demandadas nas forças armadas. Conforme se observou, existem qualidades essenciais ao serviço militar, como a retidão moral; a probidade; a lealdade e a competência profissional. Ressalte-se que não basta que o militar seja apenas íntegro profissionalmente. Segundo o que se constatou, a exigência é mais ampla, isto é, a integridade moral deve alcançar, inclusive, a própria vida privada do militar. Como descrito, não pode merecer respeito nem confiança como militar uma pessoa que, embora exemplar profissional, em sua vida particular dependa de enganar aos outros e a si próprio, mesmo que secreta esteja sua pendência.

Como bem ensinou o professor Davenport, as forças armadas morais serão morais exatamente porque preservam adequadamente certo número de valores humanos importantes. Ensinou também que os valores da vida e as virtudes militares precisam estar consistentemente fundidos. Não há como tratar de um sem ser o outro também abordado.

Este trabalho também desvelou a preocupante situação diante do quadro de inflamação do tecido social com explícitas demonstrações de desrespeito aos valores considerados universais, como: verdade; lealdade; disciplina; e até respeito ao ser humano. O contestador se mostra resistente à autoridade familiar, do Estado ou da Lei, mas suscetível às influências horizontais e se sujeita às ideologias radicais. Ressalte-se a dificuldade para se guardar a sociedade dessas influências e garantir a preservação de seus valores.

O exemplo mostrou-se a principal exigência para os trabalhos de defesa dos valores, particularmente daqueles valores militares como: patriotismo; civismo; fé na missão do Exército; espírito de corpo; e amor à profissão. Assim, somente a prática pelos mais experientes é capaz de deixar o legado e, conseqüentemente, possibilitar a conquista daqueles contestadores dos valores.

Outra exigência para a defesa dos valores militares registrada neste trabalho refere-se ao exercício da autoridade, que, além de estar condicionado ao exemplo, deverá revestir-se de experiência, dignidade, firmeza, prudência, razão e de apurado senso de justiça.

Por certo este trabalho procurou demonstrar a importância da ética e dos valores militares para as instituições. Como foi visto, o estudo e a prática da ética elevam os padrões e tendem a tornar as instituições mais respeitadas e melhores em seus propósitos existenciais e humanos. Não há como negar que as atuais e futuras gerações de lideranças militares são exigidas cada vez mais a se exporem em meio aos problemas morais que permeiam suas práticas profissionais. A escolha para lidarem com as questões morais deixa de ser uma faculdade, e passa a constituir uma demanda que, conseqüentemente, exige também consistente educação filosófica e conhecimento prático pelo profissional militar.

Como proposta sugerida, registre-se a ideia de se garantir corpos docentes e pesquisadores dedicados ao tema da ética militar nas escolas militares, particularmente naquelas incumbidas de formação profissional. Registre-se também que, sobretudo a prática da ética militar, deve ser permanentemente estimulada pela instituição através de políticas e particularmente com a prática de exemplos virtuosos de seus integrantes.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola (1901-1990). **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada por Alfredo Bossi com revisões subsequentes de Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALEIXO, José Carlos Brandi. **Ética e Moral no Brasil**. Rio de Janeiro: ESG, 1979.

AVELLAR, Luiz Carlos de. **A Ética como Base para a Ação Política**. Rio de Janeiro: ESG, 1986.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo**. Rio de Janeiro: MEC, 1967.

\_\_\_\_\_. **O Problema Moral no Brasil**. In: *Ética e Moral*. Rio de Janeiro: ESG, 1985, col. 19-25.

BRAGA, Costa. **Moral Nacional e Moral Militar**. Rio de Janeiro: ESG, 1960.

BRASIL. Decreto nº 6703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a **Estratégia Nacional de Defesa** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o **Estatuto dos Militares**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 1980.

\_\_\_\_\_. Exército. Portaria nº 156 - Comandante do Exército, de 23 de abril de 2002. **Vade Mécum de Cerimonial Militar do Exército - Valores, Deveres e Ética Militares**. Brasília, DF. 2002.

\_\_\_\_\_. Exército. Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Divisão de Ensino – Ciências Sociais – Cadeira de Direito – Apostila de **Ética Profissional Militar**. Resende: AMAN, 2016.

CANTO-SPERBER, Monique. **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. São Leopoldo: Unisinos Editora, 2003.

CASTILLO, Monique. Kant, Immanuel, 1724-1804. In: CANTO-SPERBER, Monique. (Org.) **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. São Leopoldo: Unisinos Editora, 2003, col. 5-11.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética, Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FICARROTTA, J. Carl. **Lições Aprendidas de Manuel Davenport**. 2007. Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2007/4tri07/ficarrota.html>. Acesso em: 15 Abr 16.

FRINGS, Manfred S. In: CANTO-SPERBER, Monique. (Org.) **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. São Leopoldo: Unisinos Editora, 2003, col. 542-544.

HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: COSAC NAIFY, 2010.

LARMORE, Charles. Montaigne, Michel Eyquem de, 1533-1592. In: CANTO-SPERBER, Monique. (Org.) **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. São Leopoldo: Unisinos Editora, 2003, col. 189-195.

MELO, Francisco Batista Torres de. **O Homem: Valores Morais**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1924.

OGIEN, Ruwen. In: CANTO-SPERBER, Monique. (Org.) **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. São Leopoldo: Unisinos Editora, 2003, col. 255-267.

RAYNAUD, Philippe. Nietzsche, Friedrich, 1844-1900. In: CANTO-SPERBER, Monique. (Org.) **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. São Leopoldo: Unisinos Editora, 2003, col. 239-245.

SAAVEDRA, Roberta Franco. **A Relação entre a Tipologia do Forte e a Moralidade do Costume em Nietzsche**, 2013 Disponível em: <http://aproximacao.ifcs.ufrj.br/artigos/nietzschetipologia.pdf>. Acesso em: 19 Jul 16.

TONER, James H. **Vida Militar ou Ética**, 2003. Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/afri/aspj/apjinternational/apj-p/2003/4tri03/toner.html>. Acesso em: 14 Abr 16.

TORREL, Jean-Pierre. Tradução de Maria Vitoria Kessler. In: CANTO-SPERBER, Monique. (Org.) **Dicionário de Ética e Filosofia Moral**. São Leopoldo: Unisinos Editora, 2003, col. 706-712.

VAZ, Henrique C. de Lima; ÁVILA, Fernando Bastos de; ALEIXO, José Carlos Brandi. **Ética e Moral: leitura selecionada**, 1985. Rio de Janeiro: ESG, 1985.

\_\_\_\_\_, Henrique C. de Lima. **Os Valores Morais e sua Importância na Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 1961.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIDAL, Germano Seidl; AZAMBUJA, Luis Felipe. **Projeção dos Valores Espirituais e Morais na Atuação das Forças Armadas Brasileiras: leitura selecionada**, 1971. Rio de Janeiro: ESG, 1971.

WEBER, José Fernandes. **Crítica à moral e educação: sobre o espírito livre de Nietzsche**. 2011. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/7753/6129>.

Acesso em: 19 Jul 16. Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 65-74, jan./abr. 2011.